

Ano X - Nº 27
JAN/FEV 1990



ISSN 0103233X

TRABALHO & SAÚDE

Informativo do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho



DANIEL AUGUSTO JR./F4

O caos no sistema hospitalar

PÁG. 3

X Semsat Saúde do trabalhador: e agora?

ÚLTIMA PÁGINA



Greve por saúde no Paraná

PÁG. 5

Programa de Saúde do Trabalhador

PÁG. 6

Metanol

PÁG. 8

Notas da América do Norte

PÁG. 11

NOTAS

BHOPAL

O governo da Índia reabriu o processo contra a Union Carbide, para indenização pelo vazamento de gás que matou mais de 3 mil pessoas e feriu 20 mil, em 3 de dezembro de 1984. No ano passado, o governo indiano condenou a empresa, de origem norte-americana, a pagar US\$ 470 milhões às vítimas, e absolveu-a de responsabilidade criminal.

MERCÚRIO

Pesquisa revela que o mercúrio utilizado nos garimpos de ouro pode estar vitimando grande número de garimpeiros. Por falta de preparação da assistência médica, os casos de intoxicação por mercúrio são tratados como outras doenças, impedindo o registro da verdadeira causa.

AO LEITOR

Esta primeira revista de 1990 deve chegar após a posse do novo presidente, fato que concentra todas as atenções no início do ano. O movimento sindical também está atento ao posicionamento do novo governo em questões ligadas às condições de vida e de trabalho.

Por enquanto, é uma incógnita o funcionamento do sistema previdenciário e da assistência médica. Também não se sabe se virão as mais que necessárias alterações na legislação de Segurança e Medicina do Trabalho. O Diesat, ao organizar a X Semana de Saúde do Trabalhador, tenta estimular a discussão de todos estes pontos, reunindo especialistas de diversas áreas para permitir ao movimento sindical compreender a complexidade dos problemas enfrentados e interferir em sua solução.

Além da programação completa da X Semsat, esta edição de Trabalho & Saúde mostra o protesto organizado por entidades populares, movimento sindical e técnicos em Saúde contra o caos na assistência médica brasileira. Reunidos, diversos setores da sociedade reeditam a Plenária de Saúde, bastante ativa durante a existência da Assembléia Constituinte.

O desfecho da novela do metanol é outro destaque da revista. Governo, entidades de pesquisa e iniciativa privada mais uma vez desconsideraram a saúde do trabalhador e liberam para uso um produto que traz sérios riscos ocupacionais. Começa neste número a série de matérias sobre os Programas de Saúde do Trabalhador, contando sua história, mostrando seu funcionamento e potencial de auxílio ao trabalhador.

Boa leitura.

NOTAS

MERCÚRIO II

Na Suécia, pesquisadores estudam os efeitos do mercúrio sobre o funcionamento da glândula pituitária. Foi constatado que dentistas e trabalhadores em fundição de metal apresentavam alto teor de mercúrio na glândula.

PÓ DA CHINA

A Rhodia deve terminar em abril a remoção de 900 toneladas de terra contaminada por hexaclorobenzeno (subproduto da fabricação de "Pó da China") em Cubatão, no litoral de São Paulo. O depósito clandestino do lixo tóxico, descoberto no final do ano passado, foi iniciado na década de 70. O hexaclorobenzeno é cancerígeno.



TRABALHO & SAÚDE

Informativo do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho - DIESAT

DIRETOR RESPONSÁVEL: Remígio Todeschini

EDITOR: Graciliano Toni

COMPOSIÇÃO E MONTAGEM: FORJA Composição Gráfica, Planejamento, Assessoria e Editora Ltda. - Fone (011) 572-0309

FOTOLITO E IMPRESSÃO: Gráfica e Editora FG - Fone 457-3710

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: Av. Nove de Julho, 584 - 10º andar - CEP 01312 - São Paulo - SP - Fone 35-1250

COLABORAM NESTE NÚMERO: Agda Aparecida Delfa, Antônio José de Arruda Rebouças, Remígio Todeschini, Nilton B. B. Freitas e Gilberto Saviano da Silva.

TIRAGEM: 2.500 exemplares

ASSINATURA:
Anual (6 números): 6,50 BTN's
2 anos (12 números): 13,00 BTN's

DIRETORIA DO DIESAT

Comissão Executiva: Remígio Todeschini, Uriel Villas Boas, Gilberto Saviano da Silva, Sérgio Soares, Robêlio Cruz da Silva, Lorival Batista Pereira, Luiz Carlos Martins de Souza, João Rêus do Nascimento e Jaime José da Cunha.

Conselho Fiscal: Ertha Lúcia, Marcos Antônio de Oliveira, Ronaldo Rios da Silva, Elvino José Zifferino, José Antonio Amaral e Jocelino Félix Mariano.

CORRESPONDENTES

Anamaria Tambellini (RJ); Flávio Valente (SC); Annie Thébaud (França); Daniel M. Berman (EUA).

PERMITIDA A REPRODUÇÃO DE MATÉRIAS DESDE QUE CITADA A FONTE.

População protesta contra o caos na Saúde

Para protestar contra o caos na assistência médica brasileira, mais de 150 pessoas, representantes de diversas entidades, reuniram-se dia 21 de fevereiro na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Sindicalistas, membros de movimentos populares em defesa da saúde, técnicos da área e políticos denunciaram a situação, sugeriram soluções e decidiram reconstituir a Plenária de Saúde, atuante no processo constituinte em 1989.

Eduardo Jorge, secretário de Higiene e Saúde do Município de São Paulo, denunciou escândalos como a desativação de metade do Hospital Emílio Ribas, centro de referência em doenças infecto-contagiosas. David Capistrano, secretário da Saúde de Santos, acusou o governo estadual de investir mais dinheiro nas fundações do novo Instituto da Mulher que o total repassado aos municípios. Só com São Paulo, a dívida passa de 200 milhões de cruzados novos.

A Plenária discutirá o funcionamento e gerenciamento dos serviços de Saúde, promoverá discussões, organizará protestos e concentrará os esforços das diversas entidades. A primeira reunião da Plenária está marcada para 6 de março, às 19h00, na Faculdade de Saúde Pública (Av. Doutor Arnaldo, número 715, São Paulo). Na reunião do dia 21, a Plenária programou para 4 de abril manifestação massiva de protesto contra as péssimas condições da assistência médica. Horário e local serão definidos na próxima reunião. Eis a íntegra do manifesto assinado pelos integrantes da Plenária:

O Setor Saúde jamais viveu uma crise semelhante em todo o Brasil.

Há várias décadas, a rede pública vem sendo relegada a segundo plano, gerando um sucateamento de sua estrutura. Isto é fácil de se entender: o investimento no Setor Saúde não tem ultrapassado 3,5% do PIB.

O dinheiro gasto, além de pouco, é mal aplicado. Durante anos ele foi destinado principalmente à rede privada, que se distribuiu de acordo com a lógica do lucro.

Assim, inúmeras áreas do País ficaram descobertas de assistência e, nas grandes cidades, as áreas periféricas enfrentam o mesmo drama.

Nos últimos dois anos, a situação chegou ao caos. O Governo Federal cortou em 55% seus gastos com Saúde em nosso Estado.



JUCA MARTINS/F4

O número de unidades de Saúde e leitos hospitalares é insuficiente para a população e, como se isto só não bastasse, os que mais receberam, ou seja, os hospitais privados, viram as costas e agora se descredenciam, levando o nosso investimento.

Na Cidade de São Paulo, Capital, onde os equipamentos são superiores e melhor adaptados à realidade de saúde, existem regiões com 1,8 leitos para 1000 habitantes e passem, existem regiões como Campo Limpo, em que este coeficiente é de 0 leito por 1000 habitantes.

Como fazer se a Organização Mundial de Saúde, através de estudo, estabeleceu o coeficiente de 4 leitos por 1000 habitantes?

Para compor ainda mais este quadro de terror na área da Saúde, a imensa maioria da população vive e trabalha em péssimas condições.

OS BASTIDORES DA CRISE

O Governo Federal e Estadual não encaram com a devida seriedade essa situação.

As verbas do SUDS são distribuídas segundo critérios políticos (ou sem critérios definidos), não se leva em consideração o número de habitantes e o quadro epidemiológico dos municípios.

O desrespeito é tamanho, que a cidade de São Paulo, a maior do Estado, teve um corte de, aproximadamente, 100% dos recursos federais repassados pelo SUDS.

A rede privada, construída com dinheiro público, se nega a atender os conveniados do INAMPS, numa atitude criminosa.

As redes públicas federal e estadual estão desativando ou limitando o número de atendimentos de suas unidades.

Estamos assistindo ao esfacelamento do sistema de Saúde.

EXISTE SOLUÇÃO

– A atual Constituição determina que se constitua um Sistema Único de Saúde, integrando os poderes Municipal, Estadual e Federal, e controlando a rede privada.

– Para regulamentar o SUS só falta aprovação da Câmara e do Senado Federal.

– O repasse da verba Federal deveria ser feito diretamente aos Municípios, evitando as distorções e o clientelismo.

– O Estado tem que assumir o compromisso de reativar todos os leitos hospitalares públicos e, nos Municípios onde não existem leitos públicos, reativar os leitos filantrópicos.

– A rede privada deve cobrar do Ministério da Previdência e Assistência Social o reajuste do pagamento pelos serviços prestados e atender a população, se submetendo ao seu controle e fiscalização.

– Os Governos Federal, Estadual e Municipais devem investir com seriedade no setor saúde.

– O SUDS–São Paulo deve pagar imediatamente todos os seus compromissos com os municípios.

– As perdas financeiras decorrentes da subestimação da inflação de dezembro de 1989, janeiro e fevereiro de 1990 dos Convênios de Municipalização devem ser repostas.

São Paulo, 21 de Fevereiro de 1.990

PLENÁRIA DE SAÚDE

Sindicato dos Bancários de Florianópolis investe na área de Saúde e Trabalho

A partir de janeiro de 1990, o Sindicato dos Bancários de Florianópolis passa a ter oficialmente o seu Departamento de Saúde e Trabalho, resultante de um profundo redirecionamento do trabalho em Saúde anteriormente realizado pelo Sindicato.

Tal decisão foi tomada com base em uma série de estudos e avaliações levadas a cabo pela Diretoria, com a assessoria de técnicos da área. Em primeiro lugar foi apreciada uma nova proposta política para o setor, baseada nas conquistas acumuladas pela classe trabalhadora ao longo de 10 anos de DIESAT e de décadas de lutas dos trabalhadores Europeus. Em segundo lugar, foi levado a cabo um detalhado diagnóstico sobre o desempenho do setor de Assistência Médica e Odontológica.

As conclusões do Diagnóstico, associadas à nova linha política adotada apontaram para a necessidade de um profundo reordenamento interno do Departamento: passou a ser priorizada a atuação na área de Saúde e Trabalho, enfatizando-se a fiscalização da saúde em ambiente de trabalho e a inclusão da luta por

melhores condições de saúde e trabalho nas pautas de reivindicação; foram desativados os atendimentos ambulatoriais por especialistas e readequados os horários de atendimento de Clínica Médica e Odontológica Geral, enquanto se discute na categoria o futuro da atividade assistencial.

Desencadeou-se um processo de divulgação da nova visão de Saúde e Trabalho nos meios de comunicação do Sindicato, buscando desenvolver uma nova consciência de saúde nos Bancários; está em andamento a reforma da planta física do

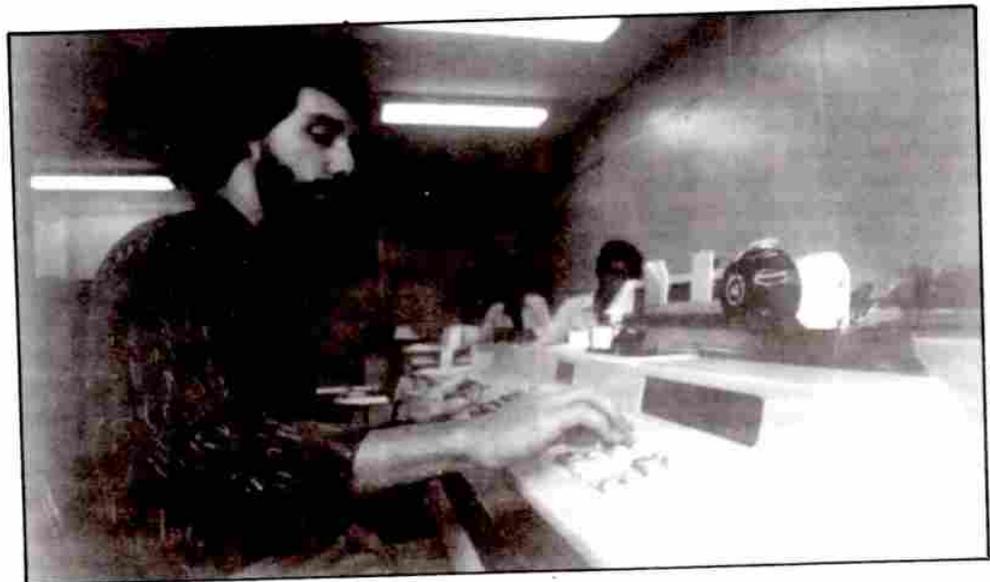
Departamento de Saúde, buscando adequá-lo às novas necessidades, com a colocação de uma Biblioteca, um Auditório e espaço para um Ambulatório de Saúde do Trabalhador, para o acompanhamento de casos de doenças profissionais e ocupacionais; e, finalmente, foram retomados os esforços no sentido de rearticular a CISAT de Florianópolis, que inclusive foi em parte responsável pelo surgimento deste novo trabalho no Sindicato dos Bancários.

Já dentro desta nova linha foram realizadas várias vitórias em locais de trabalho

os mais variados, que resultaram em algumas conquistas parciais da categoria e que significa um primeiro passo em direção à incorporação da luta pela saúde no dia a dia da vida do bancário.

No mês de abril de 1990, estaremos realizando a I SEMSAT dos Bancários de Santa Catarina, em preparação à X SEMSAT. Nos próximos números, relataremos alguns problemas enfrentados pelos Bancários em seus locais de trabalho.

Dr. Flavio Valente
Correspondente do DIESAT



RICARDO MALTA/F4

Diesat organiza seminário sobre o asbesto

O Diesat organiza para junho o Seminário Interinstitucional sobre o Asbesto, preparatório à participação de seus assessores no Seminário Latino-Americano sobre o Asbesto, programado para agosto.

A assinatura de acordo entre trabalhadores e indús-

trias de fibrocimento, em maio do ano passado, e a intenção da Sama (única produtora de asbesto no Brasil) de ampliar a extração de amianto, são dois dos fatos que o Diesat pretende discutir no seminário.

Setores diversos, como construção civil, indústria de fibrocimento, indústria move-

leira, de autopeças, metroviários, apresentam problemas de exposição ao asbesto, com os trabalhadores na maioria das vezes ignorando os riscos a que se submetem.

No seminário, será possível a troca de experiência de sindicatos e técnicos e a di-

vulgação de alternativas ao uso do produto. A situação do asbesto no resto do mundo também está em pauta, com técnicos estrangeiros convidados a expor.

Mais informações no próximo número de Trabalho & Saúde.

Em Curitiba, trabalhadores fazem greve por saúde

A edição de fevereiro de "A Voz do Metalúrgico", do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba noticia a "Primeira greve no Paraná por melhores condições de trabalho". Os trabalhadores da Wafy Comércio e Indústria de Baterias Ltda. paralisaram suas atividades no dia 14 de fevereiro para reivindicar diversas modificações na fábrica.

À volta ao trabalho só ocorreu no dia 21, com todas as alterações de condições de trabalho atendidas. O sindicato cobrava as reformas

desde maio de 1989, quando a Wafy assinou documento comprometendo-se a modificar seu funcionamento. As reivindicações dos trabalhadores, atendidas pela Wafy, são:

1. Instalação de chaminé e filtro com funcionamento do forno só nos finais de semana. Assim, quando os trabalhadores estiverem trabalhando não correm o risco de se contaminarem pela poeira e fumaça que sai do forno;
2. A empresa terá que mudar o setor de montagem das baterias para outro local no prazo de, no máximo, 60 dias;

3. Exame médico mensal;
4. Realizar exames admissionais, de acordo com a lei;
5. Manter limpos os banheiros, refeitório e vestiário;
6. Reformar o setor de carga permitindo uma maior ventilação;
7. Manter sob controle a temperatura do cadinho (local onde se derrete o chumbo);
8. Limpeza geral da fábrica;
9. Instalar bancadas com exaustores para montagem com solda;
10. Continuar lavando os uniformes dentro da empresa;
11. Instalar proteção adequada

- da nos latões do moinho;
12. Manter o moinho bem fechado;
13. Criação imediata da CIPA, com acompanhamento do Sindicato;
14. Não punição dos grevistas;
15. Pagamento dos dias parados;
16. Estabilidade por 60 dias para todos os funcionários;
17. Aumento real de 30% sobre os salários já reajustados;
18. Pagamento pela empresa dos exames realizados através do Sindicato.

Novo governo cria normas de conduta

A Medida Provisória nº 159, publicada em 15 de março de 1990, estabelece verdadeiro Código de Conduta para os funcionários públicos, definindo como seu dever, por exemplo, "ser leal às instituições a que servir". O código determina advertência por escrito ao servidor que "referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas ou aos atos do Poder Público, ressalvada a crítica do ponto de vista doutrinário ou ideológico em trabalho assinado".

Assim, o funcionário público que numa roda de amigos disser que sempre achou o Zico um perna-de-pau, leva cartão amarelo (quer dizer, advertência por escrito), já que o jogador é autoridade pública, por exercer o cargo de secretário dos esportes. Se "compelir outro servidor público a filiar-se a associação profissional ou sindical ou a partidos políticos", leva cartão

vermelho - suspensão por 90 dias. Em caso de reincidência, perde o cargo em comissão.

"Incontinência pública e conduta escandalosa" são crime caso praticados por servidor público, que poderá ser punido com demissão.

Entre os deveres do funcionário público figura "manter conduta compatível com a moralidade pública". Outro inciso desta Medida Provisória institui o papel do dedo-duro oficial, ao definir como dever do servidor "levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ou função".

"Guardar sigilo sobre os assuntos da repartição" não pode impedir, por exemplo, que ele comente com amigos que vai tirar férias?

José Genoíno, deputado federal pelo PT, diz que o governo copiou o código militar na medida provisória.

Leucopênicos querem voltar ao trabalho

A Comissão dos Leucopênicos do Sindicato dos Metalúrgicos da Baixada Santista está negociando a volta à atividade dos trabalhadores afastados por leucopenia, diminuição na produção de glóbulos brancos (responsáveis pela defesa do organismo) causada, no caso da Cosipa, por exposição a benzeno.

Na Cosipa existem hoje mais de 2 mil trabalhadores afastados por leucopenia, entre contratados da usina (a Cosipa é uma siderúrgica estatal, localizada em Cubatão, no estado de São Paulo) e funcionários de empreiteiras. O livro *Insalubridade: Morte Lenta no Trabalho*, publicado pelo Diesat em 1989, conta a luta dos sindicatos da Baixada Santista contra a contaminação por benzeno na Cosipa.

Os trabalhadores afastados recebem benefício acidentário do INPS e complementação salarial de um fundo de aposentadoria formado com contribuições de funcio-

nários da empresa. Mesmo assim, os salários dos afastados apresentam defasagem em relação aos dos funcionários em atividade, nas mesmas funções. Em alguns casos, a perda passa de 50%.

Uriel Vilas Boas, vice-presidente do sindicato, explica que os afastados não ganham aumentos de referências, promoções e reajustes além dos previstos em lei. Uriel não considera boa a idéia de retorno ao trabalho, porque não há garantias de segurança contra novos vazamentos de benzeno e contaminação de trabalhadores na usina. Ele prefere que os leucopênicos recebam salários equivalentes aos dos trabalhadores em atividade, sem a necessidade de retorno.

Acordo assinado entre sindicato e Cosipa determina a necessidade da empresa comprovar a cessação dos vazamentos em toda a área da usina antes dos trabalhadores voltarem à atividade.

Programa de Saúde do espera melhores resultados

Criados na década de 80, os Programas de Saúde do Trabalhador existem em diversas cidades, organizados de forma independente em cada caso. Muitos funcionam com intensa participação de sindicatos de sua região e contribuem para a melhora das condições de trabalho. No início da série sobre os programas de saúde do trabalhador, conheça o de Santos, que, como os outros implantados no estado de São Paulo, evitam os conceitos da tradicional Medicina do Trabalho para valorizar a experiência dos próprios trabalhadores.

Planejado em 1983 e implantado em 1984, o Programa de Saúde do Trabalhador do SUDS R-52 (PST da Baixada Santista) passa por período de retrocesso. Segundo Lia Giraldo da Silva Augusto, coordenadora do programa, a política clientelista do governo estadual diminuiu o interesse dos sindicatos. Alguns foram inclusive cooptados com verbas para organização de ambulatórios assistenciais.

Na opinião de Lia, os sindicatos, ao aceitar verbas para criação de programas assistenciais, passam a (ou não deixam de) ocupar-se do reparo dos danos já causados ao trabalhador. A luta por modificações no processo de produção, incluindo ambientes de trabalho, instrumentos e organização do trabalho, fica relegada a segundo plano ou esquecida.

Os sindicatos fizeram menos notificações ao PST no ano passado (ver tabelas I e II), sem que houvesse ações efetivas para diminuir os casos de doenças relacionadas ao trabalho. Entre os sindicatos mais atuantes, Lia destaca o Sindicato da Construção Civil de Santos (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e do Mobiliário de Santos, São Vicente e Cubatão), o mais estreitamente ligado ao PST. Em 1989, o sindicato priorizou a construção de ambulatório médico-odontológico.

O desinteresse dos sindicatos dificulta o trabalho do PST, que tem entre seus objetivos intervir nos ambientes de trabalho para promover a prevenção de doenças e acidentes. Ao contrário da Medicina do Trabalho tradicional, que procura reparar o dano causado ao trabalhador, colocando-o em condições de voltar à atividade, o PST visa evitar a ocorrência das situações potencialmente geradoras de acidentes e doenças.

CONSCIENTIZAÇÃO

Além do suporte terapêutico aos acidentados no trabalho, o programa objetiva "ampliar a consciência sanitária dos trabalha-

dores para que deles partam ações organizadas em defesa da saúde no local de trabalho e também desenvolver a consciência ecológica entendendo a questão ambiental para além do muro da empresa".

Para tornar mais eficiente seu trabalho, o PST precisa da ajuda do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cesat), encarregado do diagnóstico, tratamento e orientação previdenciária ao trabalhador com doença relacionada ao trabalho. É função do Cesat apoiar as pesquisas, investigação epidemiológica e ações de vigilância sanitária realizadas.

A demora na municipalização do sistema de saúde obriga o Cesat a atuar também como centro de triagem para casos de suposta origem ocupacional. Seu verdadeiro papel é fornecer informações à rede de assistência médica para que esta faça o atendimento ao acidentado. Para isto, o Cesat mantém arquivo de todas as informações colhidas no atendimento ao trabalhador. Um dos

maiores obstáculos a seu desempenho, acredita Lia, está em sua informalidade. O órgão, considerado parte do hospital Guilherme Álvaro, em Santos, não aparece em seu organograma, o que impede, por exemplo, a alocação de recursos.

EMPOBRECIMENTO

Com todas as dificuldades, o Cesat fez 7.114 consultas médicas em 1989. Destas, 480 foram para novos casos de doenças relacionadas ao trabalho. As restantes serviram para acompanhamento de trabalhadores atendidos em anos anteriores. Houve 1.720 faltas a consultas marcadas. Lia apurou que trabalhadores afastados do trabalho há mais tempo têm maior dificuldade para custear o transporte ao hospital, muitas vezes por residirem em outro município ou estado. A falta de estrutura em seu local de residência impede a transferência do atendimento, explica Lia.

No ano passado, as alterações hematológicas continuaram frequentes entre traba-

TABELA I: Notificação de doenças ocupacionais por mês e diagnóstico, Programa de Saúde do Trabalhador - SUDS-Santos, 1988.

Diagnóstico/ Mês	Alterações Hematológicas	Disacusias	Dermatose	Intoxicação Exógena	Total
Janeiro	-	17	-	-	17
Fevereiro	52	9	-	-	61
Março	-	10	-	1	11
Abril	-	15	-	-	15
Maio	-	7	2	-	9
Junho	45	58	-	-	103
Julho	162	25	1	-	188
Agosto	-	13	-	-	13
Setembro	-	20	-	-	20
Outubro	-	12	-	-	12
Novembro	-	5	-	-	5
Dezembro	-	12	-	-	12
TOTAL	259	203	3	1	466

Fonte: SV₁ Programa de Saúde do Trabalhador, SUDS-Santos

TABELA II: Notificação de doenças ocupacionais por mês e diagnóstico, Programa de Saúde do Trabalhador, SUDS-R-52, 1989.

Diagnóstico/ Mês	Alterações Hematológicas	Disacusias	A. T.	Total
Janeiro	1	32	-	33
Fevereiro	-	9	-	9
Março	-	18	-	18
Abril	-	19	-	19
Maio	-	2	1	3
Junho	-	1	-	1
Julho	-	5	-	5
Agosto	-	-	-	-
Setembro	-	16	-	16
Outubro	-	1	-	1
Novembro	-	3	-	3
Dezembro	-	19	-	19
TOTAL	1	125	1	127

Fonte: SV₂ - PST - SUDS-R-52

Trabalhador de Santos sultados em 1990

lhadores atendidos. Dos casos estudados, em apenas 15% foi possível estabelecer o nexo causal. No segundo semestre de 1989, todos os pacientes do Cesat começaram a passar por exame audiométrico. O centro constatou 83 trabalhadores com disacusia neurosensorial (surdez) bilateral e 15 com perda auditiva unilateral, em 175 casos estudados.

Lesões por esforços repetitivos (LER) têm apresentado crescimento na Baixada Santista, atingindo digitadores e datilógrafos, escolheiras e empacotadoras. O PST pretende estudar os postos de trabalho e orientar seu aperfeiçoamento ergonômico. Outra necessidade sentida pelo programa é a reciclagem dos dermatologistas da rede de saúde para que reconheçam dermatoses de origem ocupacional e evitem encaminhamento desnecessário ao Cesat.

Os mais frequentes usuários do programa são trabalhadores da Construção Civil, contratados na maioria das vezes por empreiteiras para trabalhar na manutenção de instalações industriais. Na Cosipa, por exemplo, mais de 7 mil trabalhadores de empreiteiras de construção civil operam na área da usina, expostos a produtos como o benzeno. Quase mil deles estão afastados do trabalho por leucopenia, diminuição da produção de glóbulos brancos causada, neste caso, pela exposição ao benzeno.

Outro grupo de risco que o PST pretende estudar é o dos trabalhadores em pedreiras, sujeitos à silicose (perda da elasticidade dos pulmões causada pela aspiração de poeiras). O Cesat identificou dois trabalhadores com silico-tuberculose afastados do trabalho como portadores de tuberculose, recebendo o auxílio previdenciário comum, quando teriam direito ao auxílio-acidente de trabalho.

A intenção do PST é orientar a rede de saúde para fazer o diagnóstico precoce de silicose em trabalhadores expostos ao pó de sílica. Lia diz que os técnicos do programa entrevistarão portadores de tuberculose para descobrir trabalhadores do grupo mais susceptível à doença, levando-os a exames mais detalhados no Cesat.

O PST interrompeu os trabalhos de investigação das condições de trabalho por "problemas logísticos", segundo Lia. Há falta de pessoal, de verbas e condições materiais de trabalho, como veículos para transporte dos técnicos.

MARCENARIAS

Entre os levantamentos efetuados está a avaliação das condições de trabalho em marcenarias da Baixada Santista, desenvol-

vida em conjunto por Secretaria de Estado da Saúde, Programa de Saúde do Trabalhador e Sindicato da Construção Civil, por solicitação deste. Problemas como iluminação deficiente, condições de trabalho e organização dos locais, foram anotados na maioria das vistorias.

Em 74% das empresas não havia qualquer tipo de medida de controle do ambiente de trabalho (ventiladores, filtros, câmaras apropriadas para pintura). Os trabalhadores não tinham EPIs em 84% das marcenarias. Nas 16% restantes, os equipamentos eram inúteis.

Das 19 empresas investigadas, 15 não faziam exame algum nos trabalhadores, nem mesmo admissionais. Os funcionários, desconhecendo os sintomas relacionados à exposição a produtos químicos, não identificam problemas de saúde com o trabalho. O receio de represálias pelo patrão e a necessidade de se mostrar "macho", sem se queixar de seus males, leva também ao escamoteamento das doenças.

O PST concluiu serem péssimas as condições de trabalho nas marcenarias da Baixada Santista, com trabalhadores expostos a riscos físicos, químicos, biológicos e mecânicos.

RAIOS X

O PST investigou a exposição a radiações ionizantes em trabalhadores de estabelecimentos de saúde. Neste caso, o programa tomou a iniciativa de pesquisar as radiações após constatar alterações hematológicas em trabalhadores. A avaliação dos riscos, feita em conjunto com o Serviço de Vigilância Sanitária, abrangeu 81 serviços de saúde. As condições dos equipamentos foram consideradas regulares ou insatisfatórias em 45,92% dos locais.

Dos 22 trabalhadores avaliados, 2 apresentavam leucopenia (diminuição da quantidade de glóbulos brancos no sangue). O PST, através do Cesat, com auxílio do Serviço de Vigilância Sanitária, fez reuniões educativas com os operadores de aparelhos radiativos, ministrando noções de procedimentos preventivos. Em 1989, a falta de disponibilidade de pessoal impediu a continuidade do levantamento. O PST pretende retomar o trabalho e ampliá-lo com a inclusão de estudos sobre incidência de câncer e alterações genéticas nos operadores de raios-X.

Outro trabalho do PST é a triagem de distúrbios emocionais nos trabalhadores afastados. A longo prazo, estes tendem a grande defasagem salarial em relação aos trabalhadores em atividade, o que gera problemas emocionais, agravados por dificulda-

des de reabilitação e reintegração ao trabalho. Através da aplicação de questionário específico, o PST procura tratar distúrbios emocionais e evitar sua evolução.

INTEGRAÇÃO

O Programa de Saúde do Trabalhador do SUDS R-52 conta em suas atividades de investigação técnica e científica com o auxílio de universidades e instituições de pesquisa, algumas internacionais. Desde 1987, existe a Comissão de Assessoria Técnico-Científica do Programa, com a participação de técnicos e professores convidados. Segundo Lia Giraldo, as pesquisas dão "consistência técnica e credibilidade ao programa", além de capacitar seus técnicos.

Cubatão, cidade no litoral paulista considerada por muito tempo a mais poluída do mundo, é a maior fonte de problemas para o PST da Baixada Santista. Lá também, houve conquista pioneira para a proteção da saúde do trabalhador. Segundo Lia, pela primeira vez no Brasil doenças não-transmissíveis entraram no rol de moléstias de notificação obrigatória ao Sistema de Vigilância Epidemiológica. Todos os casos de disacusia, pneumopatias, dermatoses, alterações hematológicas por solventes e fluorose, doenças originadas no trabalho, devem ser notificados ao Centro de Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Saúde.

Em 1989, houve a notificação de 127 casos de "doenças ocupacionais" ao PST. No ano anterior, os casos foram 466. A maior redução ocorreu nas notificações de alterações hematológicas causadas por exposição a solvente - 259 em 1988 e apenas 1 caso em 1989. Lia explica que a Cosipa, maior responsável pelos casos de alterações hematológicas, tem conseguido descaracterizar sua origem ocupacional.

O recuo dos sindicatos favorece o ocultamento das doenças, acredita. Em 1990, o PST pretende rever o Plano de Ação Conjunta (PAC) assinado com os sindicatos da Construção Civil e dos Químicos e adequá-lo à atual conjuntura do sistema de saúde. O Sindicato da Construção Civil admitiu no início do ano a necessidade de voltar às ações preventivas.

Outras categorias podem integrar programas semelhantes. O Sindicato dos Metalúrgicos, segundo Lia, é o mais próximo à assinatura de um PAC. Participando do programa, o sindicato ajuda a definir as prioridades de ação em defesa da saúde do trabalhador, auxilia o planejamento do Programa de Saúde do Trabalhador e participa da fiscalização e controle dos resultados das investigações.

Não adianta chorar sobre o metanol derramado

Segundo o Jornal da Tarde, diário de terceira categoria especializado em combater a esquerda, o Diesat é "inimigo do seu carro a álcool". O JT (apelido usado por alguns de seus poucos leitores) segue sua tradição de combater o movimento sindical e defender os direitos da "classe média". Os meios usados são os também tradicionais (ou conservadoras? Reacionárias, talvez?) omissão, parcialidade, distorção, mentira, características de nossa melhor imprensa marrom.

Em matéria publicada no dia 12 de fevereiro, o Jornal da Tarde erra o nome do Diesat e afirma que este é "vinculado à CUT". Se o repórter ou editor não conhece a história, o estatuto e a realidade do Diesat, basta perguntar a qualquer sindicato filiado ou aos diversos técnicos, assessores e dirigentes entrevistados.

Outras instituições e pessoas sofrem ataques do mesmo nível, considerados pelo Jornal da Tarde "inimigos do seu carro a álcool". Fundacentro (Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho), Ministério do Trabalho, Prefeitura de São Paulo, governo do Estado do Rio de Janeiro, sindicatos, entidades ecológicas, Partido Verde, Partido dos Trabalhadores, por exemplo.

Na opinião dos jornalistas do JT especializados em metanol e outros venenos, ambientalistas, sindicalistas e todas as pessoas contrárias ao uso do metanol nas condições propostas pelo governo são

despreparados e mal-intencionados. Os jornalistas (de outros jornais) também. Nas próprias palavras do Jornal da Tarde, a imprensa "se mostrou desguarnecida, ao dar divulgação, ampla e circunstanciada, a um material sem assinatura" (o relatório elaborado pela Associação dos Engenheiros da Petrobrás).

PARCIALIDADE

O Jornal da Tarde procurou grandes especialistas para justificar sua posição favorável ao uso do metanol. Entre eles, Gyorgy Bohm, patologista responsável pelo Laboratório de Poluição Ambiental da Faculdade de Medicina da USP. Nas horas de trabalho, Bohm diverte-se envenenando ratinhos com fumaça de carros e outras substâncias tóxicas. Estudando seus ratos, Bohm afirma que o metanol não traz riscos aos frentistas encarregados de manipular o combustível.

Para o patologista, aparentemente, ratos e trabalhadores são iguais. Em alguns dias de testes superficiais, Bohm assina parecer favorável à adoção do metanol. O professor da USP notabiliza-se por chutar em diversas áreas. É dele, por exemplo, o parecer favorável à instalação do Serviço de Saúde Ocupacional da Faculdade de Medicina da USP no Instituto Médico Legal (Trabalho & Saúde 25). Seu esforço para demonstrar a segurança no uso do metanol é tocante. Segundo jorna-

lista de O Estado de São Paulo, Bohm bebeu em sua frente um gole do que garante ser metanol.

Gyorgy Bohm integra a Confraria dos Degustadores de Metanol. Na classificação do Jornal da Tarde, deve ser um "amigo do metanol" ou metanófilo. Vivendo numa democracia, cada um bebe o que mais gosta. A encenação toda não esconde a toxidez do combustível, capaz de cegar e mesmo matar. Ninguém nega os danos causados pela gasolina, outro grande veneno, utilizado sem o mínimo cuidado há décadas.

Inaceitável é dizer que a gasolina jamais causou mal a frentistas ou mecânicos, por exemplo, porque não há estudos sobre as condições de trabalho destas categorias. Ninguém conhece os efeitos da exposição diária, muitas vezes em jornadas de mais de 12 horas, à gasolina. Menos ainda se sabe sobre o etanol e muito menos sobre o metanol.

VENENO

Anthony Wong, presidente da Sociedade Brasileira de Toxicologia, em artigo publicado no mesmo jornal, em defesa da adoção do metanol, confessa que "existem poucos dados ou relatos de exposição crônica ao metanol no homem, mesmo situações de saúde ocupacional". Isto não equivale a dizer que não haja casos, ou que estes tenham sido bem estudados.

Neste artigo, Wong felizmente esclarece que o "metanol é uma substância tóxica, assim como são tóxicos o benzeno, o chumbo, os inseticidas, entre outros." Ele próprio, grande especialista em toxicologia, coloca no mesmo nível metanol e benzeno, este último responsável pelo afastamento do trabalho de mais de dois mil trabalhadores da Cosipa e a morte por câncer de pelo menos três trabalhadores (o livro *Insalubridade: Morte Lenta no Trabalho*, publicado pelo Diesat em 1989, tem a história completa da exposição ao benzeno na Cosipa. O chumbo e seus efeitos surgem no capítulo sobre a Ferro Enamel,



MARCOS FERNANDES/AE

METANOL

produtora de corantes).

No mundo todo, há cada vez mais restrições ao uso de benzeno. Como então liberar o metanol, com sua alta toxicidade, baseado apenas em estudos superficiais e sessões sádicas de tortura em ratos? Nos Estados Unidos, por exemplo, as pesquisas sobre o uso do metanol são feitas há mais de oito anos e a liberação do combustível está ainda muito distante. Os norte-americanos usam o metanol de forma experimental, em frotas reduzidas e com constante acompanhamento dos itens de segurança.

Para impedir a sifonagem (chupar combustível), os bocais de enchimento do tanque têm dispositivo que não permite a colocação de mangueiras.

EXEMPLO AMERICANO

Emerson Fittipaldi, a besta que aparece na propaganda do governo favorável ao uso do metanol, esquece de dizer que na Fórmula Indy, que usa metanol como combustível, o bico de enchimento do tanque é acoplado a vácuo. O bico só se solta da boca do tanque depois de transferido todo o metanol, afastando qualquer possibilidade de contato do mecânico encarregado do abastecimento.

A divulgação do metanol pela tevê, rádio, jornais e revistas, coloca-o como tendo o mesmo grau de periculosidade da gasolina e do etanol. Existem diferenças enormes entre os combustíveis. Os danos causados pela gasolina ao nervo óptico, por exemplo, nem chegam perto da forte possibilidade de cegueira existente em caso de contato do metanol com os olhos. Goodman e Gilman mencionam cegueira em casos de ingestão de 4 ml de metanol (Bases Farmacológicas de Terapêutica Clínica, 7^ª edição, 1987).

Com o etanol, há riscos muito menores que com gasolina. A Organização Internacional do Trabalho recomenda, sempre que possível, a substituição de metanol por etanol, por seus menores riscos ocupacionais. Talvez a OIT seja "inimiga de seu carro a álcool".

O Centro de Controle de Envenenamento, na Califórnia, estado norte-americano onde as pesquisas sobre o metanol são mais desenvolvidas, constatou proporção quatro vezes maior de danos graves à saúde (inclusive morte) nas exposições ao metanol que à gasolina. Estes dados estão no estudo *Combustíveis Alternativos como Estratégia de Melhora da Qualidade do Ar*, publicado em 1987 pelo



DANIEL AUGUSTO JR./F4

Conselho para o Equilíbrio Ambiental e Econômico da Califórnia.

A EPA (Environmental Protection Agency), órgão norte-americano de estudos ambientais, considera a emissão de aldeídos, especialmente formaldeído, muito maior que a provocada pela combustão de gasolina (e conseqüentemente, do etanol). A Comissão de Energia da Califórnia diz ser essencial reduzir o atual nível de emissão de formaldeído nos motores a combustão de metanol.

É a CEC que patrocina estudos com frota de mais de mil veículos movidos a metanol na Califórnia. Os testes demonstraram viabilidade técnica no uso do combustível e necessidade de desenvolvimento nos aspectos econômicos e ambientais.

Inicialmente, as pesquisas indicaram índices de emissão de poluentes muito menores em carros movidos a combustível formado pela mistura de metanol com 5% de gasolina (M95) ou metanol puro (M100). Problemas com o desempenho dos veículos e a extrema dificuldade para partida a frio levaram à adoção de metanol misturado a 15% de gasolina (M85). Nesta proporção, o metanol torna-se quase tão poluente quanto a gasolina, segundo estudos da CEC. Em algumas condições, o uso de metanol pode agravar a poluição ambiental.

A reação do metanol com outras substâncias não é bem conhecida. No Brasil, a Cetesb (Companhia de Tecnologia de Saneamento Básico) recomenda a adoção de mistura contendo 33% de metanol, 60% de etanol e 7% de gasolina. Não há estudos sobre os efeitos da ação desta mistura sobre o ser humano e o ambiente, antes e após a combustão.

Ao contrário do apregoado por diversos especialistas, o repúdio ao metanol não é "histeria de ambientalistas". O uso

deste combustível não foi estudado com a calma e seriedade necessárias à adoção de novas substâncias químicas de larga difusão. Os aspectos ocupacionais mal foram citados em todos os relatórios favoráveis à liberação do metanol.

MECÂNICAS

Edith Seligmann Silva, médica e assessora técnica do Diesat, visitou oficinas de reparo de automóveis e preparou laudo sobre os riscos ocupacionais da adoção de metanol para mecânicos e auxiliares.

Suas observações permitiram-lhe constatar alto risco de inalação de combustível, devido a **condições de ventilação extremamente precárias**. Edith percebeu, por exemplo, o hábito de ligar diversos carros ao mesmo tempo em ambiente fechado, o que acontece também em estacionamentos fechados e garagens. É comum o armazenamento de combustível em latões cortados e outros recipientes abertos, aumentando o risco de inalação prolongada do produto.

Não é costume dos mecânicos usar qualquer tipo de equipamento de proteção durante o trabalho. Respingos de combustíveis são comuns na pele dos braços, rosto e mesmo nos olhos. Poucas oficinas têm à disposição dos trabalhadores água corrente em quantidade para lavagem imediata de olhos ou pele em caso de contato com o combustível. Muitos mecânicos usam gasolina ou álcool para lavar mãos e braços, principalmente ao término do expediente, prática comum também entre frentistas.

Muitas atividades de reparo de automóveis exigem retirada de combustível do tanque. Nas oficinas mecânicas, a sucção inicial é feita com a boca. Mecânicos disseram a Edith ser comum auxiliares inexperientes engolirem o líquido. A adição

METANOL

de metanol ao combustível amplia os riscos do contato e ingestão aos trabalhadores.

JORNADA LONGA

O cansaço provocado por jornadas de trabalho excessivamente longas diminui a resistência do organismo a produtos tóxicos. Principalmente em postos 24 horas, é frequente o prolongamento do expediente a 12 horas ou mais. Os estudos divulgados, no entanto, mencionam sempre exposição durante jornada de 8 horas. Edith lembra em sua análise que a fadiga física e mental impede a "atenção e a agilidade necessárias para as condutas preventivas durante as atividades da jornada e em situações de exposição imprevista", como no caso de derramamento de combustível.

Edith lembra que as informações preventivas divulgadas por jornais, rádio e TV podem não ser adequadas à preparação de mecânicos e auxiliares. Nada garante que, após longas jornadas de trabalho, estes profissionais, cansados, leiam

jornais, ouçam rádio ou assistam à TV.

O ideal seria a organização de ações de informação preventiva que assegurassem comunicação direta a mecânicos e auxiliares. A dispersão dos trabalhadores por milhares de oficinas de diversos tamanhos dificulta a ação educativa. A inexistência de organização sindical única que congregue toda a categoria torna ainda mais difícil o trabalho.

O governo não tomou as medidas necessárias à proteção dos trabalhadores. A partir de 8 de março, muitos postos receberam as misturas (60% álcool de cana, 33% metanol e 7% gasolina), distribuída por frentistas equipados com óculos e botas, treinados em rápidas exposições. Muitos deles continuam com seus paninhos, usados para evitar respingos de combustível na carroceria. Nada garante que os frentistas deixem de lavar mãos e braços com combustíveis, hábito antigo e de consequências nunca estudadas.

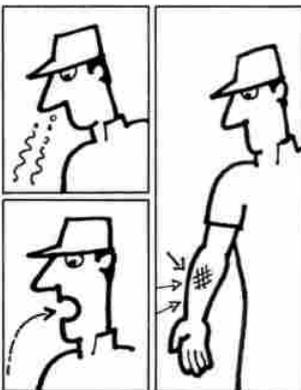
A campanha pró-metanol estimula o frentista e o usuário em geral a manter o mesmo comportamento com a nova mistu-

ra. A frase "como qualquer combustível" descarta qualquer possibilidade de maior cuidado no manuseio do metanol. "Chupar" álcool com a boca para transferência de recipientes representa o mesmo risco que puxar a mistura com metanol? A propaganda de TV, rádio e mídia impressa leva a crer que sim, o que não é correto.

DESINFORMAÇÃO

Após a polêmica toda, o metanol foi liberado, com o governo passando por cima de ambientalistas e sindicalistas. A quantidade de metanol prevista para importação seria insuficiente para evitar o racionamento de álcool, o custo das importações não foi divulgado, as medidas de segurança e fiscalização não estão garantidas. Os diversos anos de pesquisas com o combustível nos Estados Unidos não serviram para dar a nosso governo a cautela necessária à adoção de mais um veneno, perigoso em especial a segmentos específicos de trabalhadores.

3. Riscos à saúde



A gasolina, o álcool hidratado e o diesel devem ser manuseados obedecendo-se a determinados cuidados. O mesmo acontecerá — redobrando as precauções — com a mistura etanol-metanol-gasolina. Todos esses produtos penetram no corpo humano de três modos:

- pela aspiração de seus vapores;
- pela ingestão;
- pelo contato com a pele.

No dia-a-dia de um Posto de Serviço, no manuseio nas Bases, no transporte, ou numa oficina, há hábitos e rotinas de trabalho que precisam mudar.

4. Abastecimento de veículos

• Aspiração de vapores

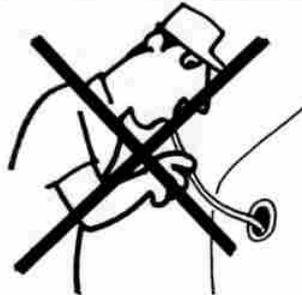
Em lugares ventilados ou ao ar livre não há risco de intoxicação porque os vapores do combustível se diluem no ar.

Colar o ouvido junto ao bocal do tanque na hora de abastecer um carro é um perigo. Não deve ser feito.

A quantidade de vapores inalada de qualquer combustível é perigosa e causa danos à saúde. Colar o ouvido junto ao bocal do tanque permite a aspiração direta de grande quantidade de vapores.



5. Sucção por mangueira



• Ingestão

Chupar qualquer combustível com a boca faz mal à saúde. A ingestão da mistura etanol-metanol-gasolina pode provocar danos irreversíveis e até a morte.

Quando for necessária a retirada de combustível de um recipiente, use sempre as bombas disponíveis nos Postos de Serviço ou nas oficinas. Nunca — e sob qualquer motivo — chupe combustível com a boca.

6. Lavagem de peças e limpeza do corpo

• Contato com a pele

O contato freqüente ou prolongado do combustível — qualquer um — com a pele acaba dissolvendo a camada natural protetora existente na pele. Com sua destruição, impurezas e tóxicos penetram facilmente pelo corpo.

Qualquer combustível em contato direto com a pele pode intoxicar ou envenenar.

Assim:

- Não use a mistura etanol-metanol-gasolina — ou qualquer combustível — para limpar a pele;
- Não guarde nos bolsos os panos e as estopas molhadas com combustível;
- Use luvas impermeáveis

sempre que, no seu trabalho, existir o risco de contato com a mistura etanol-metanol-gasolina.

E mais:

- Não use líquido inflamável — qualquer um, de qualquer tipo — para limpar peças. Há risco de incêndio, além dos danos à saúde;
- Use luvas e o solvente apropriado na limpeza de peças.



NOTAS DA AMÉRICA DO NORTE

Além do piquete: como ganhar (ou deixar de perder) uma greve ou lockout

por Daniel M. Berman

Durante os anos 50 e 60, as greves explodem regularmente, sem levar em questão a existência do sindicato. Com o fim da hegemonia norte-americana na economia mundial, os capitalistas aumentam cada vez mais a pressão para reduzir os salários e aumentar a "flexibilidade" nas relações de trabalho.

A greve dos controladores do tráfego aéreo (air traffic controllers) de 1981, no começo do mandato presidencial do cineasta Ronald Reagan, dá o sinal de uma luta sem tréguas contra o sindicalismo nos Estados Unidos. Quando 30.000 controladores entram em greve, Reagan atira a luva: declara o sindicato uma organização ilegal (uma greve de empregados federais é ilegal perante a lei) e deu aos grevistas prazo de alguns dias para voltar ao trabalho ou perder o emprego. A grande maioria não volta. O presidente inicia um programa massivo de recrutamento, e os grevistas perdem a greve. Mais de 20.000 controladores são despedidos!

Autópsias daquela greve catastrófica concordam em três pontos básicos: 1) promessas eleitorais não valem nada (o sindicato dos controladores tinha apoiado Reagan na campanha de 1980); 2) um sindicato numa indústria grande não pode, sem aliados, parar uma grande indústria; 3) o governo fará o máximo para arrasar os sindicatos em greve. Resultado: o número de greves cai precipitadamente nesta década.

Em minha coluna de nov/dez 1989, chamei a atenção dos leitores sobre a "campanha corporativa", um programa que procura aliados entre todas as vítimas do poder empresarial. Focalizamos no lockout de mais de 370 operários – a grande maioria no departamento de manutenção – da firma alemã BASF, em Geismar, Louisiana, desde junho de 1984... (o lockout, ou lockout, é a greve da empresa ao invés de trabalhadores).

A notícia boa é que o lockout acabou no dia 13 de dezembro. O sindicato local 4-620 do Sindicato dos Petroquímicos (OCAW), de Baton Rouge, Louisiana, assinou um acordo com a filial norte-americana da BASF, garantindo emprego aos 70 operários que ainda permaneciam fora, mas precisariam submeter-se ao retreinamento, porque a maioria trabalhava na manutenção, antes do lockout.

Porque a BASF resolveu a disputa? Fontes sindicais raciocinaram que a BASF tem um programa de US\$ 2 bilhões de expansão nos Estados Unidos, e não quer problemas na área de relações públicas. O sindicato e seus aliados já forçaram a BASF a reduzir a escala de um projeto de US\$ 700 milhões em Terre Haute, Indiana

a US\$ 100 milhões, e parou de vez a tentativa da firma de construir um incinerador industrial naquela cidade. No vale do Rio Mississipi, a OCAW ajudou a animar um forte movimento de revolta contra a contaminação química, dificultando e encarecendo o funcionamento de outras firmas petroquímicas na área. Pior ainda, a campanha chamou a atenção às relações incestuosas entre a indústria petroquímica e certos políticos e governos municipais, resultando em prejuízos de milhões de dólares de impostos não pagos.

O maior escândalo: uma lei estadual que garante 10 anos de isenções fiscais para investimentos que criam empregos. Muitos investimentos da BASF (e de outras multas) tiveram o efeito de cortar o número de empregos, e ganharam os incentivos fiscais do mesmo jeito!

Por seu lado, o lockout começava a criar problemas de relações públicas para a BASF, e alguns comentam que a sede da empresa na Alemanha tinha mais ânimo para resolver a disputa do que a filial norte-americana – que já perdera uma greve de 8 meses para OCAW em 1970... De qualquer jeito, a BASF-USA conseguiu extirpar o sindicato da área de manutenção, porque todos os ex-lockoutados voltarão a trabalhar exclusivamente como operadores. A manutenção, que constitui a maioria do trabalho assalariado da firma, ficará nas mãos dos empreiteiros.

O maior apoio aos lockoutados veio da própria organização sindical dos Petroquímicos (OCAW). Aceitando o desafio da BASF, a organização nacional desembolsou mais de US\$ 3 milhões, principalmente em benefícios financeiros de minguados "salários-greves" aos lockoutados. Logo se formou uma comissão de mulheres, que acabou sendo mais solidária do que os próprios lockoutados em muitos casos. Um bom número das organizações locais ("locals") da OCAW adotou famílias afetadas pelo lockout, mas mesmo assim, durante os seis anos e meio de luta, mais de 40 operários perderam suas casas, e houve 8 divórcios e 3 suicídios.

O staff da OCAW nacional organizou um escritório e empregou um ativista militante, Richard Miller, para ajudar a organização da resistência. Gastou-se centenas de milhares de dólares em despesas de pesquisa e telefonemas, e boletins, e em várias viagens de mobilização comunitária na Alemanha e dentro dos Estados Unidos, onde a BASF queria montar projetos de expansão.

A OCAW produziu, em inglês (dublado em alemão) um vídeo de 58 minutos chamado **Lockout**, que traça uma história da BASF desde o início da firma e quando dela fazia parte a I. G. Farben, o cartel cuja filial produziu Zyklon B, o gás venenoso

utilizado nos campos de extermínio durante a Segunda Guerra Mundial, e "administrado" a firma I. G. Auschwitz, uma firma erguida para produzir borracha e gasolina artificial pela destilação do carvão mineral. Segundo o autor Joseph Borkin (**The Crime and Punishment of I. G. Farben**, 1978) baseado em testemunhas do Tribunal Nuremberg, 20.000 dos 300.000 trabalhadores-escravos recrutados na I. G. Auschwitz (judeus, poloneses e soviéticos) morreram no desempenho de suas funções. No total, o sindicato deu ou vendeu mais de 2.000 exemplares do vídeo na Alemanha e nos Estados Unidos.

O apoio dos movimentos do meio ambiente nos Estados Unidos e na Alemanha foi muito importante; dois parlamentares do Partido Verde da Alemanha visitaram o local do lockout e ajudaram no trabalho de resistência comunitária na Alemanha. Vários ativistas da oposição sindical na I. G. Chemie trabalharam na campanha de conscientização na Alemanha.

A solidariedade sindical, nos Estados Unidos e na Alemanha, foi principalmente da boca para fora. É verdade que os boicotes secundários são ilegais, mas mesmo assim centenas de operários, sindicalizados ou não, furaram os piquetes da OCAW diariamente. Nas palavras de Richard Miller, organizador da campanha corporativa, "Infelizmente, os sindicatos da construção civil rejeitaram, freqüentemente, a solidariedade com a OCAW, porque assim poderiam perder trabalho com os empreiteiros da BASF na Louisiana e em Terre Haute, Indiana". Na Alemanha, a I. G. Chemie, maior sindicato químico do mundo ocidental, ofendeu-se por causa de umas suásticas nazistas que os lockoutados desenharam em placas de protesto. O I. G. Chemie nunca efetuou uma campanha de mobilização de base contra o lockout na sede da BASF em Ludwigshafen, lugar de 35.000 associados sindicais. Mesmo assim, a OCAW agradece uma contribuição de US\$ 10.000 da I. G. Chemie a resistência ao lockout.

Durante todo o episódio do lockout, o Conselho Nacional de Relações de Trabalho (NLRB), que administra a CLT estado-unidense, nunca deu uma opinião a favor do sindicato, apesar de registrar mais de 50 queixas da OCAW. Se não fosse pela campanha corporativa, a BASF norte-americana teria pleno sucesso em substituir 370 operários.

Segundo o "Gremie" Gremillion, sindicalista ferrenho, chefe sindical da OCAW na BASF/Geismar, e operário de manutenção desde a abertura da usina em 1958 – "De fato, uma pessoa que roubava da BASF e que foi despedida por causa disso teria mais direitos perante a lei do que nós, os lockoutados!"

X Semsat – Saúde do Trabalhador: e agora?

Na área econômica, as medidas tomadas pelo novo governo foram mais duras do que o esperado. O remédio talvez tenha sido amargo demais. O remédio para a saúde do trabalhador brasileiro ainda não foi definido. Por enquanto, sabemos apenas que o "médico" será o deputado Alcení Guerra, do PMDB.

O atual governo (presidente, ministros, assessores e parlamentares que o apoiam) não é rico, em sua história, em preocupação com os trabalhadores. De qualquer forma, diz-se compromissado com "os mais humildes". O movimento sindical, em sua luta por melhores condições de vida e de trabalho, não vai perder a chance de aproveitar este momento de mudança de governo para tentar obter avanços em todas as áreas.

Atento às preocupações do movimento sindical, o Diesat escolheu como tema para a X Semana de Saúde do Trabalhador a discussão das políticas sociais implementadas pelo governo na área de Previdência Social, Assistência Médica e Legislação de Segurança e Medicina do Trabalho.

Marcada para os dias 18 a 21 de abril, no Sindicato dos Químicos de São Paulo, a X Semsat, denominada **Saúde do Trabalhador: e agora?**, pretende discutir os direitos previdenciários, a legislação ordinária a respeito da saúde do trabalhador, o modelo assistencial (SUS e SUDS), as experiências de diferentes Programas de Saúde do Trabalhador e o reconhecimento e controle das condições e ambientes de trabalho através da fiscalização.

A programação da X Semsat é:

● 18/4

TEMA – Saúde do Trabalhador: Crise da Assistência Médica
(Mesa Redonda)

MANHÃ

- O modelo assistencial e a crise – 20 min.
- Do SUDS ao SUS – 20 min.
- Assistência médica do trabalhador e o SUS – 20 min.
- Assistencialismo médico nos sindicatos – 20 min.

TARDE

- A lei orgânica – 20 min.
- Do SUDS ao SUS em São Paulo – 20 min.
- Municipalização da saúde – 20 min.
- A experiência dos programas de saúde do trabalhador – 20 min.

● 19/04

TEMA – Saúde do Trabalhador: Os entraves da Previdência Social (Mesa Redonda)

MANHÃ

- O doente e o acidentado do trabalho e a Previdência Social – 20 min.
- Previdência Social como política do Estado – 20 min.
- Aposentadoria Especial
- Previdência Social e a política econômica – 20 min.

TARDE

- Os substitutivos na legislação – 20 min.
- Perspectivas quanto à Legislação Acidentária: visão institucional – 20 min.
- Gestão e administração da Previdência Social – 20 min.

Na próxima edição, cobertura completa da X Semsat.



● 20/04

TEMA – Saúde do Trabalhador: os instrumentos de controle das condições de trabalho

MANHÃ

- As propostas de mudança no campo da segurança e medicina do trabalho: visão crítica – 20 min.
- Processo de trabalho e saúde – 20 min.
- O SUS e a Segurança e Medicina do Trabalho – 20 min.
- Saúde Mental e Segurança e Medicina do Trabalho – 20 min.

TARDE

- Projetos existentes na Legislação de segurança e medicina do trabalho – 15 min.
- Segurança e medicina do trabalho – a atuação da fiscalização – 15 min.
- Código sanitário estadual e a segurança e medicina do trabalho – 15 min.
- Vigilância Epidemiológica e Sanitária no programa de saúde do trabalhador – 15 min.

● 21/04

TEMA – Previdência Social, Assistência Médica e Condições de Trabalho: a visão sindical (Mesa Redonda)

MANHÃ

- Diesat – 15 min.
- CUT/CGT – 15 min.
- Federação dos Aposentados – 15 min.

TARDE

- Encerramento